

A FACE CRÍTICA DA TEORIA INSTITUCIONAL

LUIZ GUSTAVO ALVES DE LARA
UNIVERSIDADE POSITIVO (UP)
luizusf@hotmail.com

JOSIANE DA SILVA OLIVEIRA SANTIAGO
josi_spi@hotmail.com

A FACE CRÍTICA DA TEORIA INSTITUCIONAL

RESUMO

Este ensaio tem por objetivo desconstruir a ideia de que o criticismo pertence apenas às ditas teorias críticas e demonstrá-lo na teoria institucional. Para isso é apresentada uma narrativa do desenvolvimento da teoria institucional, seu posicionamento crítico perante ao reducionismo econômico e a constituição de seu campo em EORs. Também é argumentada a existência de pontos de contato entre as teorias críticas e a teoria institucional evidenciando raízes comum e autores versados em ambas correntes. São realizadas reflexões sobre o papel da crítica na ciência, demonstrando a impossibilidade da neutralidade; a crítica enquanto postura do pesquisador; e a crítica como método. Por fim, apresentamos um debate entre um teórico crítico e outro institucionalista, buscando evidenciar possibilidades e limitações de uma teoria institucional crítica. Aponta-se poder e discurso como possibilidades de contribuições mútuas entre teoria institucional e teoria crítica através de análises multiníveis desenvolvidas em alguns estudos institucionais contemporâneos.

PALAVRAS-CHAVE: Teoria Institucional; Teoria Crítica; Poder; Mudança.

Introdução

A partir da década de 1970 a hegemonia funcionalista em estudos organizacionais (EORs) passou a concorrer com abordagens críticas que se opunham ao objetivismo positivista no fazer ciências sociais. Teóricos críticos e institucionalistas partilhando de algumas raízes teóricas em comum constituíram correntes contra-hegemônicas e ganharam seus respectivos espaços em EORs.

Entretanto, em vários momentos nota-se debates discordantes entre essas correntes. De um lado os críticos são acusados de fazer militância, mas não ciência. De outro os institucionalistas são taxados de negligentes ao não reconhecerem as assimetrias de poder envolvidas nos processos de institucionalização. Neste contexto, parece haver uma apropriação da palavra ‘crítica’ por parte dos teóricos críticos para assim deslegitimar a criticidade de outras teorias como a teoria institucional. Em rota oposta, alguns autores institucionalistas repelem o criticismo a ponto de não o identificar em seus próprios axiomas.

A contribuição deste ensaio está em questionar o monopólio da crítica em EORs. Sustentamos que a teoria institucional embora não se reconheça como pertencente àquele campo, está a fazer ciência crítica dentro de constructos próprios. Para isso, são abordadas algumas dimensões da crítica que estão para além das correntes marxistas tidas por Faria (2009) como aquelas ‘verdadeiramente críticas’. Argumentamos que a postura crítica é antes de mais nada uma postura comum às correntes que se opunham ao positivismo, e que não se limitam ao materialismo histórico e às teorias que dele derivaram.

Ao longo do ensaio, os argumentos serão construídos reconhecendo as dimensões críticas na trajetória do desenvolvimento da teoria institucional. Durante as últimas décadas, nota-se que a autocrítica tem contribuído para o desenvolvimento e atualização dos constructos teóricos da teoria institucional para apreensão dos fenômenos organizacionais contemporâneos. Para isso é apresentada uma narrativa da (i) trajetória da teoria institucional para evidenciação do movimento autocrítico e recursivo, (ii) pontos de contato entre teorias críticas e teoria institucional sociológica; são apresentadas (iii) dimensões da crítica, buscando evidenciar que não se trata de uma propriedade de uma ou outra abordagem teórica, mas uma postura científica compartilhada entre muitas

teorias que não são nominadas críticas; e por fim promovemos um embate de argumentações de teóricos que questionam: (iv) é possível a teoria institucional ser crítica?

A Trajetória da Teoria Institucional

Nesta seção busca-se evidenciar a autocrítica recursiva da teoria institucional que, durante as décadas, partiu de uma contraposição ao objetivismo, constituiu-se como campo e transcendeu as polarizações internas sobre agência e não agência. Sustentamos que a recursividade crítica interna é responsável pela permanência desta abordagem em Estudos Organizacionais.

Alguns autores têm se referido à teoria institucional categorizando-a em velho e novo institucionalismo. As correntes do neo institucionalismo se diferem em vários aspectos, inclusive sobre o que são e o que não são instituições (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012). O velho institucionalismo enfatizava as macroestruturas institucionais deixando as organizações à margem das análises que utilizavam esta abordagem. Foi apenas na metade do século XX que os teóricos começaram a ver importância das organizações enquanto coletividades particulares e significativas para compreensão da estrutura social formando assim o novo institucionalismo (CARVALHO; VIEIRA; GOULART, 2012). Mas tais categorizações não são estanques. Campbell (2004) por exemplo, se refere a três correntes institucionalistas principais: institucionalismo histórico, escolha racional, e organizacional. O importante a ser ressaltado é que todas estas abordagens, com os recursos próprios, buscam explicar (i) como os atores se comportam, (ii) como se formam as instituições e (iii) por que elas se mantêm ao longo do tempo.

Para Hall e Taylor (2003), o institucionalismo histórico, por exemplo, instituições são definidas como sendo as regras formais da estrutura organizacional da comunidade ou economia políticas que estruturam a conduta social. Para os institucionalistas de escolha racional as compreendem como um equilíbrio de escolhas unilaterais. E finalmente o institucionalismo sociológico inclui as regras formais e informais como estruturantes da conduta, mas em relação simbiótica com estruturas culturais e cognitivas. Portanto, em estudos organizacionais, a teoria institucional investiga de que forma as rotinas e estruturas organizacionais se relacionam com o ambiente externo com o qual interagem (SCOTT; DAVIS, 2007).

Selznick (1948) destacou-se pelo pioneirismo ao propor um olhar distinto que transcendia as abordagens economicistas que negligenciavam o papel das organizações na ordem social ou as concebiam como um sistema coletivo consciente e de ações racionalmente coordenadas. O autor apresentou dois olhares sobre as organizações, sendo o primeiro compreendê-las como um sistema econômico de trocas e o segundo como estruturas sociais adaptativas lançando o olhar para o ambiente, onde estão inseridas, formado por sistemas restritivos. Por definir organizações e ambiente reconhecendo o processo interativo entre eles, o autor é considerado um marco no pensamento sobre organizações e que lançou as bases para teoria institucional (PEREIRA, 2012).

Nas décadas que se seguiram, houve dois momentos notáveis na teoria institucional. O primeiro, até meados da década de 1980, em oposição às abordagens contingencialistas, a teoria institucional manteve interesse na uniformidade promovida pelos processos de isomorfismos institucionais. O segundo, nos anos que seguiram, foi marcado pela busca de compreensão pelos mecanismos de mudança institucional (SCOTT, 2008).

Meyer e Rowan (1977) ofereceram valiosa contribuição à teoria institucional ao argumentarem que as estruturas formais possuíam tanto propriedades simbólicas quanto capacidade de agência. O estudo de aspectos simbólicos não era inovador pois Berger e Lukmann (2010) já os haviam abordado, mas as contribuições de Meyer e Rowan (1977) estavam na articulação de que as estruturas formais eram utilizadas para ações de propósito simbólico. O cotidiano organizacional não se trataria então de uma realidade objetiva, mas de uma realidade objetivada pelo compartilhamento de significados por eles próprios e atribuídos às estruturas formais. Com isso, se admite que a interação social pode originar grupos perenes e seu processo final é a institucionalização de ações tipificadas (TOLBER e ZUCKER, 1998). As contribuições de Meyer e Rowan (1977) também promoveram debates sobre os mecanismos isomórficos das estruturas organizacionais. Os autores enfatizam que as estruturas são delineadas por forças institucionais do ambiente, possibilitando a análise dos isomorfismos institucionais, dialogando com a abordagem da ecologia organizacional. Na década que se seguiu, o debate esteve circunscrito aos isomorfismos *versus* capacidade de agência das organizações em relação aos seus ambientes, interagindo com as abordagens da contingência estrutural e da ecologia organizacional.

DiMaggio e Powell (1983) demarcam suas diferenças em relação a Ecologia Populacional de forma que evidenciam maior amplitude da teoria institucional. Para os autores, o isomorfismo estrutural não se resumiria a aspectos de competitividade por recursos no ambiente, como pressupunha a Ecologia Populacional de Hannan e Freeman (1984), mas reconheciam a atuação de forças institucionais para além da legitimidade para competir por recursos, tais como poderes político, sociais e econômicos. DiMaggio e Powell (1983) buscaram superar a dicotomia entre determinismo ambiental *versus* voluntarismo. Os autores não estavam apenas interessados em afirmar a impotência da razão em relação ao ambiente complexo, mas sim em examinar o processo decisório naquilo que os gestores são capazes de apreender e tomam como racional. Deste modo, foi possível avançar e compreender como os aspectos simbólicos interagem com esta busca por eficiência organizacional. DiMaggio que inicialmente fomentou estudos sobre a uniformização isomórfica, em um segundo momento demonstrou interesse pela agência e pelo processo de institucionalização (SCOTT, 2008).

Sem cair na ingenuidade da capacidade de agência conferida às organizações pelas teorias contingenciais, Oliver (1991) reforçou os estudos sobre a agência propondo que as organizações respondem de modo diferente ao ambiente mediante a formulação de ações estratégicas, que variam desde a conformidade até a resistência. A autora também sustentou a não escolha de um dos polos ‘agência’ e ‘não agência’ como devendo ser o foco da teoria institucional.

Na década de 90 a teoria institucional torna-se mais robusta tanto pelo refinamento teórico resultantes dos debates que a antecederam, quanto pelos estudos que conferiram maior confiabilidade através de análises longitudinais e historicamente contextualizadas (SCOTT, 2008). Estes avanços permitiram dar novos rumos e corrigir equívocos ou superficialidades dos textos seminais do período de 1950 a 1980. A partir da década de 90, estudiosos avançaram na análise da complexidade institucional (FRIEDLAND, ALFORD 1991), explorando como as instituições do capitalismo ocidental, a burocracia, o Estado, o mercado e a religião, moldam interesses individuais e organizacionais. Sob este ponto de vista, assume-se não ser possível entender o comportamento individual ou organizacional sem o situar no contexto societal, não sob um olhar funcionalista ou determinista, mas interinstitucional. Para Machado da Silva, Fonseca e Crubellate (2005), estrutura, agência e interpretação podem ser melhor compreendidos se definidos como elementos fundamentais da institucionalização, em um processo recorrente que deve ser

analisado de forma recursiva. Assim, a combinação de múltiplos níveis de análise e a contradição da lógica institucional contrapõe a interpretação consensualista das análises funcionalistas (FRIEDLAND; ALFORD, 1991).

Os estudos sobre a lógica institucional, embora surgidos ainda na década de 90, permanecem atuais. Para Thoronton (1991), são sistemas simbólicos que ordenam a realidade e dão significados à experiência de tempo e espaço. A sociedade é constituída por diversas lógicas institucionais que são disponíveis aos indivíduos e organizações por meio de símbolos e práticas materiais. As lógicas institucionais são construídas socialmente e, nesse sentido, o processo de mudança em campos organizacionais emerge a partir da incompatibilidade de lógicas institucionais (FRIEDLAND; ALFORD, 1991). Deste modo, discursos, práticas culturais e análises sócio históricas se tornam mais presentes na teoria institucional.

Pontos de contato entre Teoria Institucional e Teorias Críticas

Apesar de diferenças sustentadas por alguns autores ortodoxos, mantendo como se fosse uma ‘guerra fria’ acadêmica, busco aqui evidenciar aspectos consensuais que podem aproximar estes campos. Ambas as correntes teóricas possuem antecedentes filosóficos ao idealismo alemão e estão enraizadas em uma oposição ao objetivismo. Apresentamos a seguir três aspectos que acreditamos serem pontos de contato entre estes campos teóricos.

Primeiro, ambos pressupõem que a realidade não é objetiva, mas é objetivada, produto da interpretação subjetiva compartilhada em um dado contexto sócio histórico. A partir deste ponto, algumas correntes críticas vão explorar as formas de dominação ideológica que levam os sujeitos dominados a interpretar o mundo sob o prisma que lhes desfavorece e fortalece a estrutura que os mantém sob controle. Já a teoria institucional manifesta interesse no porquê da existência destas interpretações, sejam elas formas de dominação ou não.

O segundo ponto de contato é o interesse por organizações. As abordagens críticas as observam identificando os aspectos de dominação que permeiam a sociedade moderna. Seu intento é dar consciência aos dominados sob sua condição e assim promover mudanças estruturais na sociedade. A teoria institucional está interessada em explicar como os processos de dominação se instituíram, sem o intento de promover a subversão da ordem. Foucault, um partícipe do pensamento pós-modernista (ainda que ele próprio não gostasse desse enquadramento), parece ser esta ponte entre os campos teóricos, pois é versado tanto por teóricos críticos quanto institucionalistas. Tendo o poder como uma categoria central, na obra do autor encontram-se estudos que tinham organizações como objeto. Para o campo de estudos críticos, as teorizações foucaultianas sobre poder e controle social representam aparato conceitual que amplia os horizontes de pesquisa. Entre estudos institucionalistas da década de 1980, principalmente, encontram-se os que articularam as ideias do autor como apoio para compreensão dos processos de isomorfismos. Para os institucionalistas, a contribuição de Foucault está na concepção de que a sociedade se vê progressivamente limitando as possibilidades de modulação caminhando para a homogeneização social (COOPER, EZZAMEL, WILLMOTT, 2008). Deste modo, a apreciação de teóricos pós-modernos, a exemplo de Foucault, representa mais uma possibilidade de aproximação entre críticos e institucionalistas.

O terceiro aspecto que apontamos é que ambos os campos parecem admitir que mudanças institucionais podem ser desencadeadas por atores sociais. Para as abordagens críticas, a mudança é decorrente do processo de emancipação social, ou seja, a tomada de

consciência das injustiças sociais mantidas pelas classes dominantes. Deste modo, acreditam que a emancipação pode ser um caminho possível para a sociedade promover mudanças estruturais necessárias que reduzam as contradições da realidade. Declaradamente, os teóricos críticos buscam instrumentalizar os sujeitos para construção de uma realidade livre da dominação social. Os institucionalistas também demonstram interesse nos processos de mudanças, em um contexto de influências que envolve organizações e ambientes em relações recursivas (CARVALHO; VIEIRA; LOPES, 1999). O olhar institucional no processo de mudança pauta-se em elementos simbólicos, culturais e cognitivos (SCOTT, 2008). Em estudos mais recentes, os neo-institucionalistas têm explorado o Empreendedorismo Institucional, e com este conceito buscam compreender a capacidade agência dos atores na promoção de mudanças institucionais (DIMAGGIO, 1988; LAWRENCE, 2008). Embora não haja concordância quanto o grau de empoderamento dos sujeitos, ambos os campos admitem a possibilidade de instituições sofrerem mudanças em decorrência da articulação dos atores sociais.

Como notado, existem alguns pontos de contato em relação aos objetos de interesse, e algum grau de convergência entre as abordagens críticas e a teoria institucional, como por exemplo refutarem a ideia da imutabilidade do *status quo*. Entretanto, diferem em suas trajetórias em estudos de gestão: as abordagens críticas conquistaram mais espaço nos campos da filosofia e da sociologia do que em EORs – dominado por correntes funcionalistas; enquanto que o institucionalismo além de ocupar posição importante no campo da sociologia, aumentou seu espaço em EORs, buscando explicar a relação entre organizações e ambiente, com foco na estrutura das instituições e não em ações isoladas de indivíduos. Sudabby (2015) atribui esta consolidação ao fato da teoria institucional ter se demonstrado mais adaptativa ao longo das últimas três décadas.

As dimensões da crítica

A seguir, argumentamos três dimensões possíveis para crítica na ciência. O objetivo é negar a identidade atribuída à crítica como sendo exclusividade das correntes teóricas assim nominadas. Resgatamos aspectos axiológicos, como a escolha epistemológica, metodológica, recorte da realidade investigada que não representam apenas uma condição necessária para investigação, mas também escolhas condicionadas pelo posicionamento crítico do pesquisador em relação à realidade.

A primeira dimensão é a desconstrução da neutralidade científica pressuposta pelo positivismo. Não existe tal possibilidade, pois a própria linguagem que estrutura o pensamento humano é carregada de valores que não são claros ao sujeito (ORLANDI, 2010). A razão é subproduto do inconsciente (FREUD, 2014), assim, quando os positivistas pressupunham neutralidade científica, apenas estavam apegados à ilusão modernista de que o método científico conduziria à descoberta de uma realidade objetiva, blindada de juízo de valor do pesquisador (HORKHEIMER, 1999). Tal pensamento ignora aspectos ontológicos da linguagem que condicionam o olhar dos sujeitos para seu objeto de análise (GADAMER, 1987). Isso não significa reduzir o método científico à pura subjetividade. Pelo contrário, o método continua a amparar o sujeito em sua relação com o objeto. Porém, o sujeito não é o instrumento do método, mas o método o instrumento de investigação do sujeito. Portanto, fazer ciência social crítica, é reconhecer as dimensões cognitivas, intelectivas e sensoriais que condicionam as escolhas do pesquisador. Neste sentido, ambas as abordagens revelam-se críticas, sem que esta caracterização comprometa seus próprios constructos ontológicos e epistemológicos.

A segunda dimensão da crítica é a escolha epistemológica. Ao imergir em uma episteme, o pesquisador está assumindo posicionamento em relação a outras. Por exemplo, o institucionalista se opõe ao objetivismo, e esta postura crítica em relação ao objetivismo é algo já construído por sua teoria. Do mesmo modo, as abordagens críticas opõem-se à reificação do presente, abrindo vias para emancipação através da possibilidade do pensar quais barreiras sociais devem ser transpostas para que aquilo que há de melhor em potencial na realidade se concretize. Para o teórico crítico, a tradição de seu campo já o insere em uma postura crítica em relação ao *status quo*. Portanto, ao aderir a uma epistemologia, escolha já condicionada por aspectos subjetivos que condicionam seu olhar para o mundo, o pesquisador está a se identificar com a lente pela qual irá apreender o seu objeto de estudo. A sua interpretação da realidade neste momento já passa por condicionantes teóricos que lhe provocam e lhe impulsionam para dar novas respostas a partir de constructos pré-desenvolvidos. Será inevitável que o produto da análise seja parcial: a parcialidade, o posicionamento crítico em relação a outras epistemes carrega consigo pré-conceitos que condicionam seu olhar para o mundo.

Uma terceira dimensão é a crítica enquanto método. A crítica no método tem o papel de desconstrução e reconstrução sob movimento dialético. As abordagens críticas decorrentes do pensamento hegeliano utilizaram a dialética como instrumento de aproximação para com a realidade. A crítica recursiva no processo de aproximação do objeto constitui-se então uma dimensão metodológica, versada em várias teorias, tal como a dialética do materialismo histórico de Marx, dialética do esclarecimento de Frankfurt ou a dialética negativa de Adorno. As teorias dissidentes do marxismo assumem a crítica como forma de atravessar a ideologia que condiciona a apreensão ingênua da realidade, portanto um meio de aproximação do que há de concreto e apreensível pela cognição humana. Neste sentido, a crítica ao método positivista de fazer ciência social reside no fato que este utiliza constructos das ciências exatas para aproximação da realidade social, sendo assim incapaz de reconhecer aspectos simbólicos e subjetivos inerentes ao cotidiano social (HORKHEIMER, 1999). Cabe ressaltar que a condição para crítica enquanto método, é que **haja a possibilidade da crítica interna tanto quanto a externa**, ou seja, dos próprios constructos teóricos e da realidade na qual se identificam contradições. A teoria crítica frankfurtiana por exemplo, é reconhecida como um projeto inacabado, reconstruído de acordo com as necessidades para se explorar reconfigurações da sociedade. A trajetória do institucionalismo sociológico também revela esta capacidade de crítica interna, clara na transição entre o interesse pela homogeneidade para a mudança institucional, coerente com as necessidades de exploração de outras dimensões de seu objeto.

Teoria Institucional pode ser crítica?

A teoria institucional pode ser crítica, Willmott (2014) afirma categoricamente, embora faça ressalvas. A provocação é indutora de reflexões que descontroem limites levianos, como por exemplo, a rotulagem à crítica como sendo uma postura exclusiva de estudos marxistas em EORs. Estas barreiras criadas entre os campos acadêmicos parecem impedir a interação mais fluída entre correntes teóricas com raízes em comum. A seguir, apresentamos os argumentos de Willmott (2014) e os contrapomos com a posição de autores institucionalistas com vistas a avançar em nossa proposição: a crítica não é propriedade apenas das teorias críticas.

Willmott (2014) critica os institucionalistas para os quais a institucionalização não é um efeito de poder e dominação. Para estes, os processos de institucionalização são resumidos em isomorfismos normativos, coercitivos, miméticos. Entretanto, cabe

salientar que a agenda de pesquisa da teoria institucional há quase 20 anos transcendeu o interesse pelos processos de uniformização unicamente. DiMaggio (1988) e Oliver (1991) são exemplos de superação da binaridade sobre a possibilidade ou não de agência. Atualmente, estudos sobre discurso, poder, política e cultura com abordagens metodológicas robustas como as análises multi nível demonstram que a crítica de Willmott (2014) é desatualizada ou direcionada aos grupos de pesquisadores que permanecem focados nos fenômenos de isomorfismos, mas que não representam o institucionalismo em seu estado atual.

Willmott (2014) afirma que a tendência de examinar a conformidade dos atores em relação às instituições impõe limitações à criticidade da teoria institucional, pois acaba negligenciando ou abordando superficialmente o poder no processo de naturalização dos significados e institucionalização das relações de dominação. O autor afirma que este ponto cego está ligado às raízes do funcionalismo sociológico da teoria institucional, e, portanto, carrega um “pedigree conservador” em sua gênese. No entanto, nós apontamos que a teoria institucional vai além de examinar a conformidade dos atores sociais: os institucionalistas têm buscado compreender os mecanismos que emergem na relação entre organizações e ambientes e que impactam nos processos de mudança que institucionalizam novas regras sociais.

Para Lawrence (2008), a relação entre poder e instituições foi ignorada no início do novo institucionalismo, entretanto, desencadeados pelo interesse na agência dos atores desde DiMaggio (1988) os estudos sobre poder ganharam espaço:

More recent work on institutions has moved away from the focus on demonstrating the, usually isomorphic, effects of institutions to exploring the roles of conflict, politics and agency in the evolution of organizational fields (LAWRENCE, 2008, p. 171).

Esta agenda desenvolvida desde a década de 1990 inclui estudo de lógicas institucionais (THORNTON, 1991), análises multiníveis (MACHADO DA SILVA; FONSECA; CRUBELLATTE, 2005), empreendedorismo institucional (DIMAGGIO, 1988), mudança institucional e articulação dos atores. Este movimento na teoria institucional demonstra a importância de se considerar as categorias poder e política no processo de mudança institucional (LAWRENCE, 2008).

Discordamos de Willmott (2014) ao se referir à teoria institucional como uma abordagem superficial sobre poder e controle social. Numa perspectiva institucional, a definição de poder reconhece por exemplo, o poder dos tribunais, associações profissionais, linguagem, costumes sociais, bem como os atores que ocupam papéis dentro dessas estruturas (LAWRENCE, 2008). Sustentamos ser possível observar as assimetrias de poder no processo de institucionalização. Naturalmente, a teoria institucional não compactua com a objetividade com que os marxistas ortodoxos afirmam acessar o que Marx chamou de ‘infra-estrutura’ social e seus agentes de dominação. Entretanto, sob a análise multinível, é possível identificar as ações – limitadas – de atores específicos nos processos de mudança institucional.

Considerações finais

A formação do campo de estudos críticos em estudos organizacionais parece servir de argumento para manutenção de barreiras entre teorias que podem dialogar. Há que se enfatizar a crítica não pertence a esta ou aquela teoria, mas consiste numa postura do pesquisador perante ao objeto: **crítica externa**. Como argumentado, a teoria institucional é crítica desde sua gênese ao se opor ao objetivismo e o reducionismo

econômico, e revelou-se ter a capacidade de criticar seus próprios constructos: **crítica interna**. Portanto, há que estar claro que a postura crítica pode ter dimensões não marxistas apenas, e portanto, não é exclusividade do campo de estudos críticos.

O que os institucionalistas parecem não abrir mão é da imparcialidade – que não se confunde com a neutralidade positivista – durante a investigação, ainda que tenham consciência que a escolha do recorte teórico é parcial e os resultados de seus estudos impactam na ordem social. Como visto, algumas escolhas são axiológicas e desde a escolha do objeto não há neutralidade. Entretanto, a busca por imparcialidade parece ser o divisor de águas entre teoria institucional e alguns teóricos críticos. Para Machado da Silva, Fonseca e Crubellate (2005) a ciência não pode ser confundida com instrumento de ativistas. Se assim o fizer, ainda que os adeptos da teoria crítica, estarão caindo da armadilha de exigir a não subserviência à economia, mas ao mesmo tempo pô-la a serviço do poder político.

O poder parece ser a categoria mais promissora na promoção de diálogo entre teorias críticas e teoria institucional. Observando o fenômeno sob prismas complementares, há possibilidade de estudar os processos assimétricos de poder e a capacidade de ação de alguns atores bem como suas consequências na ordem societal. O discurso recebe atenção em ambas correntes, embora para as teorias críticas o intento é revelar os interesses nele dissimulados, enquanto que para teoria institucional o foco é compreender como este mesmo discurso molda a ordem social.

REFERÊNCIAS

- HORKHEIMER, Max. Teoria tradicional e teoria crítica. In Horkheimer Adorno. Coleção Os Pensadores. Textos Escolhidos. São Paulo: Nova Cultural, 1999.
- ALVESSON, M.; DEETZ, S. Teoria crítica e abordagens pós-modernas para estudos organizacionais. In: CLEGG, S.; HARDY, C.; NORD, W. R; CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISCHER, T. (orgs.) **Handbook de Estudos Organizacionais. Modelos de análise e novas questões em Estudos Organizacionais**. Volume 1. São Paulo: Atlas, 1999.
- BERGER, Peter L.; LUCKMANN, Thomas. **A construção social da realidade**. 32. ed. Petrópolis: Vozes, 2010.
- CARVALHO, C. A.; VIEIRA, M. F. V.; GOULART, S. A trajetória conservadora da teoria institucional. **Revista de Administração Pública - RAP**, vol. 39, núm. 4, julho-agosto, 2005, pp. 849-872.
- CARVALHO, C. A. P.; VIEIRA, M. M. F.; LOPES, F. D. Contribuições da Perspectiva Institucional para Análise das Organizações. In: Encontro Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Administração (EnANPAD), 1999, Foz do Iguaçu. Anais., Rio de Janeiro: ANPAD, 1999.
- HALL, Peter A.; TAYLOR, Rosemary C. R.. **As três versões do neo-institucionalismo**. Lua Nova, São Paulo, n. 58, p. 193-223, 2003 .
- COOPER, R; BURRELL, G. Modernism, postmodernism and organizational analysis: an introduction. **Organization studies**, v. 9, n. 1, p. 91-112, 1988.
- DIMAGGIO, P. J. Interest and agency in institutional theory. In L.G. Zucker (ed.), **Institutional Patterns and Organizations: Culture and Environment**: 3-22. Cambridge, Mass.: Ballinger, 1988.

- FALCÃO VIEIRA, M. M.; CALDAS, M. P. Teoria crítica e pós-modernismo: principais alternativas à hegemonia funcionalista. **Revista de Administração de Empresas**, v. 46, n. 1, p. 59-70, jan./mar. 2006.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. 5 ed., São Paulo: Edições Loyola, 1999
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir: nascimento da prisão**. Trad. Lígia M. Ponde Vassalo. Petrópolis: Vozes, 1987.
- FREUD, S. **Compêndio da psicanálise**. São Paulo: LPM editora, 2014.
- GADAMER, Hans-Georg. **Verdade e método I: traços fundamentais de uma hermenêutica filosófica**. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GOFFMAN, Erving. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.
- HANNAN, Michael T.; FREEMAN, John. Structural Inertia and Organizational Change. **American Sociological Review**, Vol. 49, No. 2. Apr., 1984, pp. 149-164
- KANT, Immanuel. **Resposta a pergunta: Que é esclarecimento? Textos Seletos**. Tradução Floriano de Sousa Fernandes. 3 ed. Editora Vozes: Petrópolis, RJ. 2005
- LARAIA, Roque De Barros. **Cultura um conceito Antropológico**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1986.
- LAWRENCE, T. B. Power, institutions and organizations. In R. Greenwood, C. Oliver, K. Sahlin, & R. Suddaby (Eds.), **The SAGE handbook of organizational institutionalism** (p. 170-197). London, England: Sage, 2008.
- MACHADO-DA-SILVA, C., FONSECA, V., & CRUBELLATE, J. Estrutura, agência e interpretação: elementos para uma abordagem recursiva do processo de institucionalização. **Revista de Administração Contemporânea**, 9(1ª Edição Especial), 2008, p. 9-40.
- MOZZATO, Anelise R; GRZYBOVSKI, Denize. Abordagem crítica nos estudos organizacionais: concepção de indivíduo sob a perspectiva emancipatória. **Cad. EBAPE.BR**, v. 11, n. 4, 2013, p. 203-519.
- OLIVER, C. Strategic responses to institutional processes. **Academy of Management Review**, v. 16, n. 1, p. 145-179, 1991.
- ORLANDI, E. P. Texto e discurso. In: ORLANDI, E. P.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Org.). **Introdução às ciências da linguagem: discurso e textualidade**. 2. ed. Campinas, SP: Pontes, 2010.
- PEREIRA, Fernando Antonio de M. A evolução da teoria institucional nos estudos organizacionais: um campo de pesquisa a ser explorado. **Organizações em contexto**. São Bernardo do Campo: Ano 8, n. 16, jul.-dez. 2012.
- SCOTT, W. Richard; DAVIS, Gerald Fredrick (Coautor). **Organizations and organizing: rational, natural, and open system perspectives**. Upper Saddle River, NJ: Pearson Education, c2007.
- TOLBER, Pamela; ZUCKER, Lynne. A institucionalização da teoria institucional, in: CLEGG, Stewart R.; HARDY, Cynthia; NORD, Walter R. (Orgs.). **Handbook de estudos organizacionais vol. 1**. Organizadores da edição brasileira: Miguel Caldas, Roberto Fachin e Tânia Fischer. São Paulo: Editora Atlas, 1998.
- FRIEDLAND, R.; ALFORD, R. R. Bringing Society Back In: Symbols, Practices, and Institutional Contradictions. In: POWELL, W. W.; DIMAGGIO, P. J. (Ed.). **The new institutionalism in organizational analysis**. Chicago: The University of Chicago Press, 1991, p. 232-263.

WILLMOTT, Hugh. Why Institutional Theory Cannot Be Critical. **Journal of Management Inquiry**. Vol 24, Issue 1, 2014, pp. 105 – 111.